



O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Deputado Vitor Lippi, está na sua frente, pela ordem de inscrição, o Deputado Sérgio Vidigal, do PDT do Espírito Santo. S.Exa. tem 3 minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero aqui cumprimentar o Presidente Valdir Colatto, cumprimentar os Parlamentares que ainda permaneceram aqui durante a leitura do relatório, cumprimentar a assessoria desta Casa e também a imprensa aqui presente.

Eu quero aproveitar estes 3 minutos, Sr. Presidente, somente para manifestar a minha indignação com a Presidência e a Relatoria desse projeto da reforma trabalhista.

Nós, políticos do País, temos a imagem de que não somos cumpridores daquilo com que nos comprometemos. Esta Casa, mais uma vez, vende uma imagem negativa, dá um exemplo negativo, porque discutimos aqui um plano de trabalho que não foi decidido por Parlamentares, mas pela Mesa.

O prazo do relatório seria dia 4 de maio. Hoje, dia 12 de abril, estamos lendo o relatório, desrespeitando aqui tudo aquilo que foi acordado. E olhem que uma das expectativas é que, nesse projeto, vai prevalecer o acordado em cima do legislado! Imaginem o que está esperando este País, se for aprovado esse projeto de lei! Imaginem o que está esperando o povo brasileiro!

Quando iniciei os meus trabalhos aqui, Sr. Presidente, eu disse o seguinte: *“Olhe, nada está tão ruim que não possa ficar pior”*. Está aqui o relatório do projeto de lei da reforma trabalhista, que já veio ruim e está pior hoje.

E ele é ideológico, sim, porque tem endereço. Eu quero externar aqui, Sr. Presidente, essa manifestação minha.

E quero dizer ao Presidente que basta olhar o art. 482, que foi lido aqui. O artigo diz que a nova hipótese de justa causa é se o empregado perder a habilitação profissional. Nesse caso, ele pode ser mandado embora por justa causa. Vejam a que ponto nós estamos chegando!

E se disse que o decreto-lei que instituiu a CLT foi feito por um ditador. Nós estamos vivendo agora uma ditadura, porque o trabalhador ou o empregado está sendo tratado como descartável. Aliás, já começou a ser tratado como descartável



desde a aprovação da terceirização, considerando a forma como foi aprovada nesta Casa.

E eu quero registrar aqui, Sr. Presidente, que nós precisamos ter mais respeito para com a população lá fora. Contudo, para respeitarmos a população, precisamos respeitá-la aqui dentro, cumprindo e honrando tudo o que foi acordado nesta Casa.

Deixamos de ouvir outros segmentos. O principal interessado no projeto, o trabalhador, quando teve a oportunidade de estar aqui, junto com alguns segmentos do Poder Judiciário, da Procuradoria de Justiça, manifestou-se contrariamente. E nós estamos fazendo aquilo que interessa a meia dúzia de brasileiros.

Eu estou preocupado. Não deveria haver reforma, não. Deveríamos ter uma reforma trabalhista, sim, mas deveríamos aproveitar o tempo que tínhamos, que já era curto, para podermos discuti-la um pouco melhor e para apresentarmos um projeto melhor à sociedade. Esta é a minha manifestação.

Lembro que esse projeto tinha que se chamar Projeto Urubu, porque essa ave só ataca quando a presa não tem condição de defesa. Essa é a posição do trabalhador brasileiro hoje. Há 13 milhões de desempregados, salários achatados e baixo poder aquisitivo. E é exatamente neste momento que estamos fazendo uma legislação para penalizá-lo muito mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Obrigado, Deputado.